

A PRÁTICA PROFISSIONAL E O ENSINO/INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DO CONCEITO OPERATÓRIO DE PARADIGMA

Armando Malheiro da Silva

Fernanda Ribeiro

Universidade do Porto (Portugal)

Resumo

O conceito operatório de paradigma, apesar do uso excessivo e do desgaste semântico a que anda sujeito, revela-se útil e necessário dentro de uma epistemologia compreensiva do campo científico da Informação/Documentação. E através deste conceito fica mais fácil perceber a evolução verificada nas práticas profissionais e técnicas concernentes não apenas ao sector das Bibliotecas, mas também ao dos Arquivos e até ao dos Museus. Mas, para isso, importa precisar o grau de proximidade semântica do conceito relativamente à concepção originária do físico e historiador da ciência norte-americano, Thomas Khun, uma vez que não é consensual a interpretação que se tem feito dela. No nosso campo temos a proposta de Rafael Capurro, elaborada a partir exclusivamente do perímetro da *Information Science*, nascida após a II Guerra Mundial e nos EUA, que associa 'paradigma' muito directamente a produção teórica, como se infere através da conotação das designações escolhidas pelo autor – paradigma físico, paradigma cognitivo, paradigma social e sócio-cognitivo; e temos a proposta dos autores desta comunicação, que operam com dois paradigmas (o custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e o pós-custodial, informacional e científico).

Nesta comunicação pretende-se caracterizar os dois paradigmas através da análise de alguns importantes elementos decorrentes da prática profissional e de outros indiciados pela formação superior e subsequente actividade de investigação.

Trata-se de uma abordagem teórica, centrada sobretudo na análise e na comparação, à luz do enunciado dos pressupostos de partida, mais do que um trabalho de investigação aplicada em que é possível comunicar resultados e tirar conclusões a partir de um estudo empírico.

Palavras-chave: Ciência da Informação / Ensino / Investigação / Paradigma / Prática profissional

Abstract

The operative concept of paradigm, in spite of its immoderate use and semantic worn out, is quite useful and necessary inside a comprehensive epistemology of the scientific field of Information/Documentation. And through this concept it is easy to understand the evolution of the professional practice and the concerning techniques, not only related to libraries, but also to archives and even to museums. But, for that, it is needed to fix the degree of semantic proximity of the concept relatively to the original conception of the north-American physician and science historian, Thomas Khun, once the interpretation of such conception is not consensual. In our field, we have Rafael Capurro's proposal, elaborated exclusively from the perimeter of the Information Science, born after the World War II in the USA, which associates 'paradigm', quite directly, to theoretical production, as it is understood through the connotation of the designations chosen by the author – physical paradigm, cognitive paradigm, social paradigm and social-cognitive paradigm; and we have the proposal made by the authors of this paper, that operate with two paradigms (the custodial, cultural, historicist and technician and the post-custodial, informational and scientific).

In this paper, it is intended to characterize the two paradigms through the analysis of some important elements related to professional practice and other connected to higher education and the subsequent research activity.

It is a theoretical approach, based mainly in the analysis and comparison, in the light of the starting presuppositions, more than an applied research work, through which it is possible to communicate results and formulate conclusions from an empirical study.

Keywords: Information Science / Teaching / Research / Paradigm / Professional practice

1. DO PARADIGMA E SUA APLICABILIDADE ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS...

O termo 'paradigma' generalizou-se imenso através da comunicação social e a usura semântica que se atingiu faz com que hoje muitos falem de paradigma com diferentes sentidos e intencionalidades. Importa, por isso, retornar às origens ou, pelo menos, regressar ao sentido que o físico norte-americano e "historiador/sociólogo" da ciência, Thomas Kuhn, deu a paradigma quando o inscreveu como um dos conceitos-chave do seu livro *A Estrutura das revoluções científicas* (1ª ed. 1962). A partir de então, palavra e conceito tornaram-se obrigatórios no debate epistemológico sobre as dinâmicas interna e social da "ciência normal".

No primeiro capítulo *A rota da ciência normal* (KUHN, 2000: 29-42), o autor norte-americano refere o seguinte:

"A *Física* de Aristóteles, o *Almagesto* de Ptolomeu, os *Principia* e a *Óptica* de Newton, a *Electricidade* de Franklin, a *Química* de Lavoisier e a *Geologia* de Lyell – esses e muitos outros trabalhos serviram, por algum tempo, para definir implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência. Puderam fazer isso porque partilhavam duas características essenciais. Suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de actividade científica dissimilares. Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência.

Daqui por diante deverei referir-me às realizações que partilham essas duas características como "paradigmas", um termo estreitamente relacionado com "ciência normal". Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos, que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. (...) O estudo dos paradigmas, muitos dos quais bem mais especializados do que os indicados acima, é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais" (KUHN, 2000: 30).

Indissociável da noção de paradigma, na análise kuhniana, é a de "ciência normal", entendida como uma actividade muito determinada, mas que não precisa ser totalmente determinada por regras e daí a noção de "paradigmas compartilhados" que se constituem como fontes de coerência para as tradições da pesquisa normal: "As regras, segundo minha sugestão, derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras" (KUHN, 2000: 66). Convém, portanto, perceber que a "ciência normal" é a actividade que soluciona "quebra-cabeças", é um empreendimento cumulativo, "extremamente bem sucedido no que toca ao seu objectivo, a ampliação contínua do alcance e da precisão do conhecimento científico" (KUHN, 2000: 77). Adequa-se, pois, à ideia habitual que temos do trabalho científico e, neste sentido, não contempla a descoberta "de novidades no terreno dos fatos ou da teoria; quando é bem sucedida, não as encontra" (KUHN, 2000: 77), ou seja, a "ciência normal" é guiada por um paradigma estável e prossegue a trajectória, não sem que surjam descobertas e teorias novas, mas sem que causem, de imediato, efeito revolucionário no *status quo* predominante. Chegará, porém, o momento em que a revolução científica terá condições para ocorrer e, então, a mudança de paradigma impõe-se:

“A transferência de adesão de um paradigma a outro é uma experiência de conversão que não pode ser forçada. A resistência de toda uma vida, especialmente por parte daqueles cujas carreiras produtivas comprometeu-os [sic] com uma tradição mais antiga da ciência normal, não é uma violação dos padrões científicos, mas um índice da própria natureza da pesquisa científica. A fonte dessa resistência é a certeza de que o paradigma antigo acabará resolvendo todos os seus problemas e que a natureza pode ser enquadrada na estrutura proporcionada pelo modelo paradigmático (...).

Contudo, afirmar que a resistência é inevitável e legítima e que a mudança de paradigma não pode ser justificada através de provas não é afirmar que não existem argumentos relevantes ou que os cientistas não podem ser persuadidos a mudar de ideias. Embora algumas vezes seja necessário uma geração para que a mudança se realize, as comunidades científicas seguidamente têm sido convertidas a novos paradigmas” (KUHN, 2000: 192).

Pelos exemplos dados, Kuhn enfatiza debaixo da expressão “ciência normal” as ciências exactas e, sobretudo, naturais ou “ciências duras”; no entanto, sabemos que o êxito deste ensaio traduz-se, também, no impacto que foi tendo noutros campos científicos e até profissionais. Prova do impacto havido é o interessante posfácio de 1969, em resposta a muitas críticas e comentários que se foram acumulando. Aí surge um esclarecimento oportuno sobre as noções de paradigma e de comunidade científica. A relação entre ambas é muito estreita: paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham; e, por seu turno, uma comunidade científica é constituída pelos praticantes de uma especialidade disciplinar – “Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas” (KUHN, 2000: 220). Decorrente deste, outro esclarecimento merece, aqui, destaque e tem a ver com a transição do período pré-paradigmático para o pós-paradigmático durante o desenvolvimento de um campo científico:

“Antes de ela [transição] ocorrer, diversas escolas competem pelo domínio de um campo de estudos determinado. Mais tarde, no rasto de alguma realização científica notável, o número de escolas é grandemente reduzido – em geral para uma única. Começa então um tipo mais eficiente de prática científica. Essa prática é geralmente esotérica e orientada para a solução de quebra-cabeças. O mesmo ocorre com o trabalho de um grupo, que somente inicia quando seus membros estão seguros a respeito dos fundamentos de seu campo de estudos” (KUHN, 2000: 222).

Estes esclarecimentos do posfácio do importante e conhecido livro de Thomas Kuhn viriam a ser posteriormente reforçados em diferentes escritos e reunidos no Brasil em livro com o sugestivo título *O caminho desde A Revolução* (KUHN, 2006). Munidos de toda esta análise e seus resultados sentimo-nos mais aptos a justificar uma proposta de paradigmas para o campo científico da documentação/informação, campo esse que se inscreve num conjunto científico diferente do abrangido pela noção de “ciência normal” postulada por Kuhn. É certo que não poderemos à partida afirmar que as Ciências Sociais e Humanas ficam excluídas, à luz desse ensaio, das características de funcionamento da “ciência normal” regida por paradigmas e sujeita a revoluções científicas. No entanto, é preciso lembrar a “singularidade genética” dessas ciências que as coloca à margem do debate, privando-as até do estatuto mínimo de cientificidade. O próprio Kuhn não as ignorou e preparou o texto *The Natural and the Human Sciences* para uma mesa-redonda na Universidade La Salle, em 11 de Fevereiro de 1989, patrocinada pelo Greater Philadelphia Philosophy Consortium, que seria depois publicado em *The Interpretative turn: philosophy, science, culture* editado por David R. Hiley, James F. Bohman e Richard Shusterman (1991). Aí se lê algo que abre claramente caminho para que se possa pensar a actividade científica no campo das Ciências Humanas e Sociais (e não apenas nas Ciências Naturais) através, entre outros, do conceito operatório de paradigma:

“As ciências naturais, portanto, embora possam requerer o que chamei de uma base hermenêutica, não são, elas próprias, atividades hermenêuticas. As ciências humanas, por sua vez, frequentemente o são e podem não ter alternativa. Mesmo que esteja correto, contudo, pode-se ainda perguntar, com procedência, se estão restritas à hermenêutica, à interpretação. Não seria possível que aqui e ali, com o passar do tempo, um número crescente de

especialidades encontrasse paradigmas que viabilizasse a pesquisa normal, solucionadora de quebra-cabeças?" (KUHN, 2006: 272).

2. CONFRONTO DE PARADIGMAS ATRAVÉS DA PRÁTICA PROFISSIONAL, DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO

2.1. O paradigma historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista

Os traços caracterizadores do paradigma historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista têm vindo a ser delineados pelos autores deste texto em alguns trabalhos desenvolvidos conjuntamente (SILVA e RIBEIRO, 2010) ou em separado (SILVA, 2006; RIBEIRO, 2008) e, por isso, cabe aqui apenas um enunciado-síntese dessa caracterização, para servir de pano de fundo à abordagem sobre a prática profissional, o ensino e a investigação, no quadro desse mesmo paradigma. Vejamos, então, tal enunciado:

- sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da actividade profissional de arquivistas e bibliotecários;

- identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura "erudita", em antinomia mais ou menos explícita, com a cultura popular, "de massas" e de entretenimento;

- ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado e respectivo Povo, sob a égide de ideologias de viés nacionalista;

- importância crescente do acesso ao "conteúdo", através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos e índices) dos documentos e do aprofundamento dos modelos de classificação e indexação, derivados do importante legado tecnicista e normativo dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, com impacto na área da documentação científica e técnica, possibilitando a multiplicação de Centros e Serviços de Documentação/Informação, menos vocacionados para a custódia e mais para a disseminação informacional;

- prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arrojado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que as profissões de arquivista, de bibliotecário e de documentalista geram, naturalmente, disciplinas científicas autónomas como a Arquivística, a Biblioteconomia/Biblioteconomia ou a Documentação).

Na Arquivística, na Biblioteconomia/Documentação e mesmo na Museologia, a **prática profissional** tem dominado as actividades de ensino e investigação, sendo sintomático o facto de, em diversos países (EUA, UK,...), as associações profissionais terem competência para produzir *guidelines* para o desenvolvimento dos *curricula* das universidades. O trabalho de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, tradicionalmente guardadores de documentos e mediadores na prestação de serviços aos utilizadores que necessitam de pesquisar informação, tem-se baseado num conjunto de orientações técnico-normativas, destinadas mais à organização e representação da informação com vista ao acesso do que ao conhecimento dos contextos geradores dessa mesma informação e sua comunicação em consonância com as necessidades e o comportamento informacional dos utilizadores. O facto de o objecto de estudo e de trabalho ser o "documento" (entidade física estática e materialmente separada do produtor que originou a informação nele contida) faz com que a análise e a representação do seu conteúdo seja algo confinado à aplicação de procedimentos normativos e muito pouco explicado à luz de teorias interpretativas e com recurso a métodos de investigação qualitativos/quantitativos, como é apropriado no campo das Ciências Sociais e Humanas.

Esta prática profissional, não sustentada numa fundamentação teórico-metodológica consistente, é facilmente compreendida e justificada se analisarmos o modo como têm sido formados os seus agentes. Na maioria dos países da Europa, nos Estados Unidos da América e em países de outros continentes, a **formação (ensino)** dos profissionais das bibliotecas e dos arquivos (e também dos museus) começou

por ser obtida a partir da experiência e baseada na replicação de um “saber-fazer” que, por via empírica, se foi acumulando ao longo do tempo. No século XIX, as bibliotecas e os arquivos (e os museus) nacionais foram as sedes, por excelência, da formação profissional, embora, a par delas, tenham começado a surgir timidamente, escolas de matriz clássica, destinadas a formar arquivistas-paleógrafos e bibliotecários eruditos, de que o caso da *École Nationale des Chartes*, instituída em Paris, em 1821, é o exemplo mais emblemático. Procurava-se formar o pessoal especializado, que era necessário para tratar a documentação incorporada nos arquivos e nas bibliotecas estatais, em consequência das nacionalizações que tiveram lugar após as revoluções liberais que ocorreram na Europa, seguindo o modelo francês. As concepções ideológicas iluministas, que estiveram na base dos ideais do regime liberal, associadas ao desenvolvimento do Positivismo e do Historicismo, ao longo da segunda metade de oitocentos, assentavam na ideia do Estado-Nação e valorizavam as fontes documentais, quer para legitimar jurídica e administrativamente a transferência do poder fundiário para as mãos da burguesia, quer para servir de apoio à escrita da História da Nação. A criação de arquivos, bibliotecas e museus públicos (do Estado), concebidos como instituições destinadas a conservar a memória nacional, configura uma nova realidade, que se vai afirmar ao longo do século XIX e consolidar no seguinte, sendo expressão da visão paradigmática, que apelidamos de “custodial, historicista e patrimonialista”.

Neste contexto formativo não é de estranhar que a matriz da formação fosse histórico-erudita e voltada para as questões da custódia e da elaboração de instrumentos de acesso destinados a apoiar o trabalho dos historiadores.

A formação académica tardou bastante a implantar-se sendo a formação assegurada, na generalidade dos países, por cursos ministrados pelas associações profissionais de bibliotecários ou arquivistas. Antes da década de quarenta do século XX não se pode considerar que a formação de bibliotecários, de arquivistas, de museólogos e, também já, de documentalistas estivesse implantada nos meios universitários (RIBEIRO, 2006), o que é um sintoma evidente do seu carácter profissionalizante em detrimento de uma fundamentação académica e científica com incidência na investigação.

Este modelo francês, custodial, historicista e patrimonialista, que se desenvolveu ao longo da centúria de oitocentos, ganhou novos contornos a partir da viragem do século, por efeito das condições sócio-económicas geradas pelas segunda e terceira vagas de industrialização, da complexificação burocrática das administrações e da evolução tecnológica e científica. As consequências que daí advieram traduziram-se num aprofundamento da vertente tecnicista e numa cada vez maior autonomização da Arquivística e da Biblioteconomia em relação à História, afirmando-se como disciplinas autónomas. O desenvolvimento da técnica biblioteconómica e arquivística, quer na Europa, quer nos Estados Unidos da América, teve expressão, nomeadamente, com o surgimento dos grandes sistemas de classificação universais (como a Dewey Decimal Classification ou a Classificação Decimal Universal), os esforços com vista à elaboração de códigos catalográficos, as orientações arquivísticas mais direccionadas para a gestão dos arquivos administrativos, a constituição das associações profissionais, a realização de congressos internacionais envolvendo bibliotecários e arquivistas de diferentes partes do globo, etc. (SILVA; RIBEIRO, 2010).

O acentuar da vertente técnica da organização e tratamento da informação teve, naturalmente, efeitos no respeitante à formação profissional, que passou a incorporar toda uma série de valências novas – preocupações com o acesso, com a normalização descritiva, com os instrumentos de pesquisa – para fazer face às exigências dos utilizadores, sedentos de consultar as massas documentais custodiadas pelos serviços públicos (convém lembrar que a Revolução Francesa também foi responsável pela promulgação da lei que determinou o direito de acesso à informação por todos os cidadãos). Este reforço da vertente tecnicista acentuou-se de forma notória, a partir do momento em que a revolução tecnológica, iniciada em meados de novecentos, veio colocar novos desafios e evidenciar as limitações da formação ministrada para responder cabalmente aos problemas que na Era da Informação começavam a surgir.

No quadro deste paradigma tradicional, não podemos deixar de referir o papel da **investigação**, embora seja mais apropriado falar de ausência desta componente, como um dos seus traços dominantes. As palavras de Emilio Delgado López-Cózar quando afirma que “en el desarrollo de la ByD [biblioteconomia e documentação] la teoría siguió a la práctica, no la dirigió ni la guió. La investigación, en particular, y la ByD como disciplina, en general, hunden sus raíces en la practica bibliotecaria” (DELGADO LÓPEZ-CÓZAR,

2002) são bem esclarecedoras quanto à prevalência da prática sobre o estudo e a construção de conhecimento científico, fundados numa actividade de pesquisa sistemática e estabelecida, o que nos leva a considerar, neste paradigma, a existência de uma predominância da técnica sobre a ciência, valorizando-se mais a profissão (fazer/aplicar) do que a investigação (conhecer/inter-pretar).

2.2. O paradigma pós-custodial, informacional e científico

A partir de meados do século XX, as condições sociais, económicas, culturais e, sobretudo, tecnológicas vieram acentuar a crise que o paradigma tradicional já vinha manifestando, pondo em causa os seus fundamentos essenciais e gerando as condições que possibilitaram a emergência de um novo paradigma, que designamos por pós-custodial, científico e informacional. Para podermos pôr em confronto este paradigma emergente com o anterior, é imprescindível determo-nos nos seus traços caracterizadores essenciais, que a seguir enunciaremos:

- valorização da informação enquanto fenómeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenómeno;

- constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao "imobilismo" documental, traduzindo-se aquele pelo binómio criação-selecção natural *versus* acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero *versus* permanência;

- prioridade máxima dada ao acesso à informação, por todos em condições bem definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;

- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente "assépticos" ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;

- alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e

- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões "gestão de documentos" e "gestão da informação", pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade ou organização e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de ou antes de estabelecer regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas (SILVA; RIBEIRO, 2010: 41).

No quadro deste novo paradigma, a prática profissional, o ensino e a investigação ganham, naturalmente, novos contornos e surgem diferentes modos de abordagem, que são ditados pela fundamentação teórico-metodológica que tem de estar a montante da actividade profissional, académica e científica.

Não cabe neste texto a explanação, ainda que abreviada, dos fundamentos teóricos e das abordagens metodológicas que propomos para uma Ciência da Informação (CI) integrada, sistémica e transdisciplinar, no quadro amplo das Ciências Sociais e Humanas. Tal explanação tem sido feita em diversos trabalhos dos autores, em particular num ensaio publicado há cerca de uma década (SILVA e RIBEIRO, 2002) que fundamentou a criação do primeiro curso de licenciatura em CI numa universidade portuguesa, e em posteriores escritos de cariz mais específico. Contudo, a título sinóptico, importa assinalar que, ao nível teórico, manifestamos preferência pela Teoria Sistémica, que radica as suas origens nos estudos de Ludwig von Bertalanffy, desenvolvidos a partir dos anos vinte da centúria passada, dado que tal teoria congrega uma visão holística e se ajusta bem ao universo complexo e difuso da Informação, como se comprova por exemplos vários da sua aplicação (SILVA e RIBEIRO, 2002: cap. 3). Relativamente à questão metodológica, consideramos o método de investigação quadripolar, concebido por Paul de Bruyne e outros autores (BRUYNE *et al.*, 1974) como o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento

da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. A sua dinâmica investigativa resulta de uma interacção entre quatro pólos – o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico – permitindo uma permanente projecção dos paradigmas interpretativos, das teorias e dos modelos na operacionalização da pesquisa e na apresentação dos resultados da mesma (LESSARD-HÉBERT, GOYETTE e BOUTIN, 1994).

Sustentada por um novo modelo formativo que, por sua vez, também supõe a fundamentação acima referida, a **prática profissional** deixa de assentar na aplicação acrítica de uma série de normas técnicas e de “receitas” mais ou menos standardizadas e passa a ter como respaldo teorias, metodologias e uma atitude mais interpretativa e menos descritiva. Podem-se enunciar alguns pressupostos que ajudam a perceber de que modo a nova visão paradigmática influencia o trabalho no terreno e altera a postura do profissional que estuda e gere informação, actuando como um mediador face às necessidades informacionais dos utilizadores. Vejamos, então:

- Considerar a *Informação* como objecto de trabalho e de estudo obriga a olhar este fenómeno de uma forma completamente diferente do que até agora tem sido feito com o Documento (unidade física que se classifica, se descreve e se arruma, atribuindo-se-lhe uma cota para posterior localização), pois já não se dirige a atenção apenas para a materialidade evidente e há que ter em conta tudo o que a montante foi decisivo para gerar todo e qualquer acto informacional. Perceber a informação implica, antes de mais, conhecer o seu contexto de produção, o que é algo anterior ao seu registo material num suporte físico. E implica também conhecer o uso que foi ou é dado a essa informação, ou seja, quem são os seus utilizadores, com que fim a usam, como a pesquisam, com que frequência, etc.

- Pensar sistemicamente a informação significa que, mais do que estruturar serviços (bibliotecas, arquivos, centros de documentação...) dentro das organizações, é importante perceber de forma holística os contextos da sua produção e uso, numa visão integrada que não separa (nem gere) artificialmente informação de arquivo ou de biblioteca, analógica ou digital, mas sim analisa, numa visão integrada e como um sistema, todas as suas componentes, no seio do contexto em que foi/é produzida, usada e conservada como memória orgânica do respectivo produtor.

- Entender o trabalho do profissional da informação como um processo investigativo que visa conhecer e representar com rigor a realidade informacional implica que ele deixe de actuar como um simples técnico que aplica normas e procedimentos uniformes com vista à produção de instrumentos, mais os menos *standard*, para viabilizar o acesso à informação e passe a assumir o papel do cientista da informação que apresenta resultados validados por uma metodologia científica e que questiona (problematiza, formula hipóteses) a própria actuação, sempre em referência a paradigmas e teorias que estão em permanente validação (ou revisão).

- Aplicar o método de investigação quadripolar põe a tónica na análise dos contextos orgânico-funcionais, como vector indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema e das funções/competências dos variados sectores que compõem essa mesma estrutura, pois só assim é possível caracterizar com rigor o contexto de produção da realidade informacional em análise.

- Procurar conhecer as relações sistémicas internas e seu reflexo na produção informacional obriga a uma investigação sistemática para se chegar à identificação de eventuais subsistemas de informação ou para perceber as relações entre, por exemplo, os vários sistemas que formam, entre si, um super-sistema de informação.

- Analisar a componente funcional do sistema leva a que determinadas operações tenham de ser implementadas como medidas “profiláticas” regulares, destinadas a otimizar o funcionamento do próprio sistema de informação; conta-se, neste caso, por exemplo, a avaliação retro/prospectiva, operação fundamental que permite detectar redundâncias e “desperdícios” informacionais e otimizar o fluxo da informação no seio do sistema.

- Entender as operações técnicas de descrição, classificação e indexação como o resultado natural de todo o processo de conhecimento desencadeado a montante e não com o objectivo redutor de proporcionar o acesso à informação é também fundamental para que os instrumentos de pesquisa (catálogos, índices, inventários, bases de dados...) produzidos garantam uma representação rigorosa da realidade informacional objecto de análise.

Em suma, pensar a informação à luz do novo paradigma, implica uma visão integrada, em que não faz sentido organizar serviços de informação com uma finalidade meramente instrumental, separando, artificialmente, as várias componentes de um todo – a informação num contexto organizacional é gerada pelos variados actores que actuam nesse mesmo contexto, seja na área administrativa, seja na área técnica ou na área científica –, mas sim conceber sistemas de informação em que a vertente funcional se concretiza na estruturação de serviços agregadores de todas as manifestações do fenómeno informacional.

A questão do modelo formativo decorrente do novo paradigma é outra das questões que tem já sido discutida pelos autores, em diversos textos (SILVA e RIBEIRO, 2001 e 2004; RIBEIRO, 2006 e 2007), pelo que aqui nos limitamos a enunciar alguns dos pressupostos fundamentais em que deverá assentar o modelo de **ensino/ formação** para os profissionais de informação e documentação.

Parece óbvio que se deverão distinguir duas modalidades de intervenção teórico-prática, sendo uma de matriz essencialmente técnica – formação média, para um nível técnico-profissionalizante, que possa ser assegurado por escolas profissionais ou escolas do ensino secundário – e outra de nível mais compreensivo e explicativo – um saber fazer fundado no estudo e na pesquisa mono, inter e multidisciplinar, tomando as Ciências Sociais como eixo central e ponto de derivação para cruzamento com outras disciplinas científicas, que deve ser enquadrada nas instituições de ensino superior universitário e politécnico.

A formação dos técnicos de nível médio, a cujas aptidões e competências não pode hoje faltar um adequado treino informático, responde a exigências práticas que a gestão da informação (em sentido lato e transversal a todos os sectores da actividade humana e social) coloca e colocará cada vez mais, numa perspectiva essencialmente operativa. A formação superior (iniciada na licenciatura e com progressão no mestrado e no doutoramento) deverá seguir um *design* curricular que visa anular as separações artificiais que se verificam na formação tradicional através de “ramos” de Arquivo e de Biblioteca/Documentação. Esta perspectiva unitária procura, também, fazer a síntese com a área dos chamados Sistemas de Informação, que tem como campo de trabalho e profissionalização as Organizações em geral.

O modelo formativo que perfilhamos assenta nos pressupostos teórico-metodológicos que sustentam a CI, tal qual tem sido pensada e desenvolvida na Universidade do Porto (SILVA; RIBEIRO, 2002). Tal modelo, posto em prática no Curso de Licenciatura criado em 2001, congrega no seio da área científica nuclear – a da Ciência da Informação – um conjunto de unidades curriculares que, por um lado, asseguram uma componente teórica e metodológica una e, por outro, contemplam as vertentes aplicadas desta área do saber, com as suas especificidades particulares. O “núcleo duro” do *currículum* está, necessariamente, aberto à interdisciplinaridade, estabelecendo relações mais ou menos próximas com outros campos, relações essas que se traduzem no plano de estudos através da presença de unidades curriculares variadas, com carácter de obrigatoriedade umas, de opção outras, mas sempre complementando as matérias da área científica nuclear (RIBEIRO, 2007).

Por último, e para fechar esta triangulação, importa considerar o vector **investigação**, que adquire especial relevância no quadro do novo paradigma científico e informacional, sempre em consonância com a fundamentação teórica (preferência pela Teoria Sistémica) e com a abordagem metodológica (Método Quadripolar) (SILVA e RIBEIRO, 2002) que antes referimos. A existência de um suporte teórico-metodológico constitui, por si só, uma diferença essencial relativamente ao paradigma tradicional em que teoria e método estão ausentes e/ou são confundidos com actividades técnicas. Numa perspectiva científica, investigar deixa de ser sinónimo de descrever recorrendo a normas acriticamente aplicadas e passa a significar conhecer, analisar, interpretar e explicar a realidade informacional que é objecto de estudo. Apesar de a investigação em CI ser uma actividade essencialmente aplicada e destinada a desenvolver soluções para problemas do quotidiano, não é por isso que os resultados obtidos são menos científicos nem menos rigorosos. A criação de unidades de investigação, onde seja possível desenvolver projectos de pesquisa, criar equipas inter e multidisciplinares, promover a publicação dos resultados da investigação e estreitar laços com programas doutorais que, através da elaboração de teses, promovam e incentivem um trabalho científico rigoroso, é um requisito indispensável para a consolidação deste paradigma emergente e para a implantação da CI no campo académico. A institucionalização da ciência é

uma das vertentes que muito contribui para o seu reconhecimento pelos pares e, a este nível, a mudança de paradigma é também notória, pois a CI tem vindo, paulatinamente, a implantar-se na academia e a obter um estatuto que lhe confere credibilidade científica.

Referências bibliográficas

- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de (1974). *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio (2002). *La Investigación en biblioteconomía y documentación*. Gi-jón : Ediciones Trea. ISBN 84-9704-041-4.
- The Interpretative turn: philosophy, science, culture* (1991). Ed. by David R. Hiley, James F. Bohman, Richard Shusterman. Ithaca: Cornell University Press. ISBN 080149785X.
- KUHN, Thomas S. (2000) *A Estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva. ISBN 85-273-0111-3.
- KUHN, Thomas S (2006). *O caminho desde A estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. Ed. por James Conant e John Haugeland; tradução César Mortari; revisão técnica Jézio Hernâni B. Gutierrez. São Paulo: Editora UNESP. ISBN 85-7139-658-2.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérard (1994). *Investigação qualitativa : fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget. ISBN 972-9295-75-1.
- RIBEIRO, Fernanda (2006). "Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha : o caso da Universidade do Porto". *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1, 16-27.
- RIBEIRO, Fernanda (2007). "An integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums : a new paradigm, a new training model". *Journal of Education for Library and Information Science*. Chicago. ISSN 0748-5786. 48:2 (Spring) 116-124.
- RIBEIRO, Fernanda (2008). *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0948-6.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006). *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM. ISBN 978-972-36-0859-5.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2001). "A Mudança de paradigma na formação BAD : um modelo formativo para a Ciência da Informação". In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7.º, Porto, 2001 - *Informação : o desafio do futuro : actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa : BAD.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002). *Das "Ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0622-4.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2004). "Formação, perfil e competências do profissional da Informação". In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8.º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura : (re)inventar a profissão : actas*. [CD- ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa : BAD. ISBN 972-9067-36-8. URL: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2010) *Recursos de informação: serviços e utilizadores*. Lisboa : Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-672-0.